

## **POSSE DE ESCRAVOS E ESTRUTURA DE ATIVOS NO AGRESTE E SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Flávio Rabelo Versiani (Universidade de Brasília)  
José Raimundo O. Vergolino (Universidade Federal de Pernambuco)

Resumo - O artigo reporta achados de um programa de pesquisa em andamento sobre as características do escravismo em Pernambuco, com ênfase no século XIX.. A partir da evidência de que uma parcela significativa do estoque de escravos da província estava localizada, no período, fora de sua área açucareira — ou seja, no Agreste e no Sertão — investigam-se as características de tais escravos, a partir de dados de inventários *post mortem*. Verifica-se que os escravos no Agreste e Sertão (i) em geral pertenciam a pequenos plantéis; (ii) tinham o perfil demográfico esperado de cativos comprados para utilização produtiva; (iii) constituíam proporção preponderante dos ativos inventariados, em valor; mesmo depois da abolição do tráfico, quando os preços de escravos subiram significativamente. Esses achados contrariam a idéia comum de que algodão e gado, as atividades produtivas típicas do Agreste e Sertão, não pudessem ser explorados com uso de trabalho escravo.

Palavras-chave – Brasil: século XIX; Trabalho escravo; Brasil: Nordeste

Summary – The article is a progress report on an on-going research program on slavery in the Brazilian Northeast. The characteristics of slave labor outside the coastal sugar zone are investigated. It is found that there were significant slave holdings in the cattle-raising, cotton-growing regions of the backlands, contrary to a commonly-held belief that those activities were not suited to be performed by slave labor. Slave holdings were generally small; and the demographic profile of the slave population was that expected of a labor force productively used by profit-maximizing slave-owners. The proportion of the value of slave holdings in total assets is surprisingly high, and does not tend to decrease even after the sharp increase in slave prices after cessation of slave imports.

Key words - Slave labor; Brazil: nineteenth century; Brazilian Northeast

Área da ANPEC - 1 (Metodologia, História e Política Econômica)

Código JEL N36

## 1. Introdução

O presente artigo reporta achados de um programa de pesquisa em andamento sobre as características do escravismo em Pernambuco, com ênfase no século XIX. O programa explora a evidência existente em registros cartoriais, especialmente inventários, disponíveis para praticamente todas as áreas da então província, no período considerado.<sup>1</sup> A existência de tais dados permite efetuar comparações sistemáticas entre os atributos do escravismo nas três zonas fisiográficas da região — Mata, Agreste e Sertão —, cada uma delas com estrutura produtiva bem diferenciada, e também com o escravismo urbano da cidade do Recife.

A relevância maior dessas comparações reside no fato de que elas podem contribuir para iluminar algumas questões fundamentais relativas à natureza do escravismo brasileiro. A visão tradicional sobre a escravidão no Brasil — em consonância, aliás, com a literatura internacional — privilegiava a relação entre uso do trabalho escravo e produção agrícola extensiva voltada à exportação (a chamada agricultura de *plantation*). Mais recentemente, no entanto, diversos trabalhos têm contribuído para traçar um quadro bem mais complexo e diversificado do fenômeno do escravismo entre nós, pondo em relevo a importância relativa de pequenos proprietários de escravos, e a utilização de mão-de-obra cativa numa vasta gama de atividades produtivas. Isso coloca questões novas, e abre uma área ampla de investigação. A diversidade de situações encontrada em Pernambuco, no século XIX, no que toca à estrutura produtiva e a formas de organização da produção e do trabalho constitui-se, assim, numa vantagem, do ponto de vista da análise comparativa dos vários tipos de escravismo.

A partir da evidência, examinada abaixo, de que uma parcela significativa do estoque de escravos da província estava localizada, no período, fora de sua área açucareira — ou seja, não na Zona da Mata, mas no Agreste e no Sertão — várias questões de interesse se colocam. Em que se aplicava a mão-de-obra escrava não ligada à produção extensiva de cana-de-açúcar? Quem eram, tipicamente, seus proprietários? O que se pode dizer sobre a racionalidade econômica do uso de escravos em atividades onde a produção se desenvolvia em forma bem distinta do regime típico de *plantation*? O que sugere a comparação entre o escravismo do açúcar e o das outras regiões da província? Essas são algumas das perguntas para cuja resposta o referido programa de pesquisas pretende fornecer elementos.

Artigo anterior, acima referido, focalizou características da posse de escravos na região do Agreste, caracterizada, no período considerado, por uma estrutura produtiva voltada essencialmente à produção agrícola alimentar (tanto para auto-consumo quanto para abastecimento da zona litorânea), ao cultivo do algodão e à criação de gado, atividades muitas vezes desenvolvidas simultaneamente numa mesma propriedade. O presente trabalho centra-se numa comparação entre o Agreste e o Sertão semi-árido, onde predominava a atividade criatória.

Os dados aqui examinados são derivados de 647 inventários *post mortem* provenientes de cartórios de comarcas do Agreste (444 inventários) e do Sertão (203), constantes do acervo de documentos cartorários do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

---

<sup>1</sup> Para pormenores quanto a essa base de dados, ver Versiani e Vergolino (2000).

O trabalho se organiza da seguinte forma. A próxima seção revê aspectos da literatura sobre a economia do escravismo relevantes para nosso propósito. A seguir, descrevem-se os traços principais da estrutura produtiva das duas zonas fisiográficas consideradas (3ª seção). Passa-se, em seguida, à apresentação de resultados derivados da análise de dados primários, comparando o Agreste e o Sertão quanto aos padrões de posse de escravos (4ª seção), à estrutura demográfica da população escrava (5ª seção), e à composição da riqueza, com destaque para a o peso relativo dos escravos possuídos nos ativos totais (6ª seção). A última seção reúne as conclusões da análise.

## 2. Escravismo e teoria econômica

Indagações sobre a racionalidade econômica do uso de mão-de-obra escrava levaram vários autores a desenvolver argumentos visando demonstrar a superioridade do trabalho escravo sobre o livre, em certas circunstâncias. A proposição de que a mão-de-obra escrava é, dentro de certos limites e mantidos os demais fatores constantes, mais produtiva do que a livre está presente, sob diversas formas, na moderna literatura sobre escravismo.

No livro clássico de Fogel e Engerman (1974:cap. 6), por exemplo, a superioridade do trabalho escravo é vista como decorrência de economias de escala obtidas na organização do trabalho agrícola em equipes de escravos, envolvendo detalhada especialização de tarefas. Tal superioridade seria evidenciada, portanto, apenas na produção em grande escala, ou seja, nas grandes plantações do Sul dos Estados Unidos.

Um argumento alternativo, e mais geral, decorre da óbvia constatação de que, enquanto no caso do trabalho livre a decisão entre lazer e trabalho é feita pelo próprio trabalhador, a partir de uma comparação dos custos e benefícios de um período adicional de trabalho, no caso da escravidão essa decisão cabe ao proprietário; e nesse caso o tempo de trabalho diário pode ser aproximado do máximo biológico, mediante aplicação (ou ameaça de aplicação) da coerção física. Dado um comportamento maximizador do senhor de escravos, é de se esperar que o tempo do trabalho do escravo tenda a aproximar-se desse máximo, enquanto para o trabalhador livre a jornada de trabalho será tipicamente menor. A decisão racional sobre o uso de uma ou outra forma de trabalho decorrerá de um cotejo de seus custos, mas levando em conta essa produtividade diferencial (Domar, 1970; Barzel, 1977).

Nesse contexto, cabe a indagação: será possível, em todos os casos, usar a coerção como forma de forçar o trabalhador escravo a atingir o desempenho desejado por seu senhor? Aqui é relevante a argumentação desenvolvida por Fenoaltea (1984). Esse autor distinguiu dois tipos polares de atividades produtivas, na análise do trabalho escravo: de um lado, as atividades “intensivas em esforço”, que requerem basicamente força física. O exercício de tais tarefas é normalmente associado a modos de organização do trabalho — geralmente em turmas de trabalhadores, ligadas a um supervisor — que facilitem a fiscalização da execução e a aferição dos resultados. O cortador de cana ou capinador de um cafezal, na grande lavoura escravista, executam tarefas basicamente intensivas em esforço. A avaliação do desempenho do executante pode nesse caso ser feita, em geral, sob forma quantitativa: tantos pés de cana cortados, tantas covas abertas, etc.

No outro extremo, tarefas “intensivas em habilidade” são aquelas em que a qualidade de execução é fundamental: o resultado do trabalho não pode aqui ser aferido apenas pela quantidade do produto obtido. Dentro das esferas de atividade onde se desenvolveu a economia escravista no Brasil, diversas tarefas seriam classificáveis como intensivas em habilidade, como as ligadas ao fabrico do açúcar, nos engenhos, ou ao tratamento do cascalho das jazidas, para coleta dos fragmentos de ouro ou dos diamantes, na mineração; ou às atividades de artesãos e de escravos domésticos.

Esse raciocínio introduz uma qualificação no argumento Domar-Barzel: a superioridade do trabalho escravo, associada à maior duração da jornada de trabalho, só pode ser obtida quando a coerção for viável; e ela só será viável em atividades intensivas em esforço. Seria impossível garantir a boa execução de uma atividade intensiva em habilidade mediante castigos ou ameaças, mesmo pela dificuldade de aferir de forma imediata a qualidade dos resultados: há aqui um problema de informação assimétrica, entre o agente da atividade produção e seu proprietário, ou patrão (cf. Kahn, 1992). Será em geral mais eficiente, nesse caso, angariar a cooperação desse agente com recompensas, antes que por coerção.

Conclui-se que a vantagem comparativa da mão-de-obra escrava, em relação ao trabalho livre, deve ser maior nas atividades em que predominem tarefas intensivas em esforço, onde a coerção seja factível. A agricultura de *plantation* é, sem dúvida uma dessas atividades. Assim, o argumento de Domar-Barzel fornece — assim como o de Fogel-Engerman — uma racionalização para o uso do trabalho escravo, no caso da grande lavoura. Ambas as argumentações (que não são, a rigor, mutuamente excludentes) convergem para demonstrar que o grande produtor agrícola, movido pelo objetivo de minimizar os custos de produção, pode ser levado, em certos casos, a preferir utilizar-se da mão-de-obra escrava, em detrimento da livre.

Resta, no entanto, a questão: como racionalizar a ocorrência de escravidão em atividades distintas de agricultura de *plantaion*? Qual o ganho potencial do senhor de escravos em usar trabalho cativo, em lugar de mão-de-obra livre, nos vários outros tipos de atividade (envolvendo formas bem distintas de organização do trabalho) em que a escravatura aparentemente prosperou?

Não há resposta clara para essa questão. Uma racionalização possível decorreria da constatação, feita por diversos observadores da sociedade brasileira no século XIX, de que o fato de determinada tarefa ser comumente exercida por escravos pode fazer com que ela passe a ser considerada pouco digna de ser cumprida por um homem livre. Ou seja, a própria existência de trabalho escravo tornaria pouco elástica a oferta de trabalho livre, para o desempenho das mesmas tarefas: dado que, por alguma razão, certo tipo de trabalho tenha sido atribuído a escravos, daí por diante tornar-se-ia difícil (ou muito mais caro) que ele passasse a ser feito por trabalhadores assalariados. É uma hipótese plausível, embora pouco passível de verificações empíricas.

O fato é que se sabe muito pouco acerca das características das formas “não-*plantation*” de utilização de trabalho escravo, no Brasil, o que faz tanto mais necessária a investigação desse tema. Essa é a motivação central do programa de pesquisa de que o presente artigo é parte

### 3. O Agreste e o Sertão

Como se sabe, a colonização do Nordeste brasileiro, já a partir da primeira metade do século XVI, relacionou-se essencialmente à expansão do cultivo do açúcar, numa faixa de terras relativamente estreita, ao longo do litoral: a chamada Zona da Mata.<sup>2</sup> A ocupação do interior da região, a leste, decorreu da necessidade de abastecimento da área açucareira de animais e víveres. A parte mais ocidental, o chamado Sertão, de clima semi-árido, foi principalmente ocupada por grandes propriedades dedicadas à criação de gado. Na zona intermediária entre o Sertão e a Mata — o Agreste — desenvolveram-se culturas alimentares, além do gado; e, a partir da segunda metade do século XVIII, o algodão, que encontrou aí condições ecologicamente favoráveis. Com o crescimento da demanda internacional por esse produto, o Agreste passa a ter acesso direto ao mercado exportador, principalmente em fases, como durante as Guerras Napoleônicas e a Guerra da Secessão americana, em que se reduzia a oferta de algodão por parte de outros países.

A economia do Agreste evoluiu, assim, para uma estrutura produtiva mais diversificada — algodão, lavoura de alimentos, e gado —, em contraste com a Mata açucareira e o Sertão, mais voltado à atividade criatória. Não havendo antagonismo entre as atividades desenvolvidas no Agreste (ao contrário, o algodão se presta ao cultivo intercalar com o milho, o feijão e a mandioca; e o restolho dessas plantações, após a colheita, pode servir de alimento ao gado, assim como a “torta” derivada do processamento da semente do algodoeiro) elas freqüentemente conviviam na mesma propriedade, e muitas vezes em sítios de pequena extensão, pois economias de escala não são relevantes, nessas atividades.

No Sertão, a diversificação produtiva foi muito menor, e restrita, no período que aqui nos interessa, principalmente à agricultura de subsistência e ao cultivo, nas “ilhas” de maior unidade, como na região do Araripe, de cana-de-açúcar (alimentando pequenos “engenhos de rapadura”, voltados ao consumo local), algodão ou café.

A introdução de mão-de-obra escrava na região relacionou-se, como é bem sabido, com o cultivo da cana-de-açúcar. Em conseqüência, o foco da literatura sobre escravismo no Nordeste, e em Pernambuco em particular recaiu, naturalmente, sobre engenhos, casas-grandes e senzalas. A literatura freqüentemente transmite a impressão de que o uso de mão-de-obra escrava na região, ao longo do século XIX, estava fundamentalmente concentrado na Zona da Mata, o que é reforçado pelos conhecidos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram nessa parte do País no século XIX, os quais se referem quase exclusivamente, em suas descrições, à sociedade e economia litorâneas, e à escravidão do açúcar.

Para alguns, haveria de fato um antagonismo entre trabalho escravo e as atividades básicas da região não-açucareira do Nordeste: o cultivo de algodão e criação de gado. Isso sem dúvida decorre de uma identificação entre uso de mão-de-obra cativa e o exercício de tarefas intensivas em esforço, executadas ordenadamente sob a vigilância de um feitor. Cuidar do gado não envolve, obviamente, tarefas desse tipo; daí autores como Nélson W. Sodré terem proclamado a “incompatibilidade” entre pecuária e trabalho escravo (Sodré, 1962:123). No que se refere ao algodão, Manuel C. de Andrade, baseando-se num raciocínio análogo (o fato de que o cultivo do algodão, ao

---

<sup>2</sup> Sobre esta seção, v. Furtado (1976) e Andrade (1973;1979).

contrário do caso da cana-de-açúcar, não exige trato constante, executado sistematicamente, ao longo de todo o ano) concluiu que não valeria a pena comprar escravos caros e usar sua força de trabalho apenas durante parte do tempo (Andrade, 1973:102).

No entanto, como se refere a seguir, havia de fato muitos escravos no Agreste e no Sertão, aparentemente engajados, muito deles pelo menos, na produção de algodão e no trato de gado.

#### **4. Escravos no Agreste e no Sertão**

Levantamentos populacionais feitos em 1827, e novamente no início da década de 1840, pelas autoridades provinciais, indicam que não menos do que 28% dos escravos de Pernambuco estavam em municípios do Agreste, e 5% a 9% no Sertão (Figueira de Mello, 1979[1852]; Versiani e Vergolino, 2000). Ou seja, a mão-de-obra cativa fora da Zona da Mata correspondia a algo entre 30% e 40% da massa escrava total de Pernambuco, naquele período; e não há razões para supor que a situação fosse muito diferente, ao longo das décadas seguintes. Parcela substancial dos escravos da Província não estava, assim, ligada à grande unidade açucareira.

Quem eram esses escravos e o que faziam eles? No restante do artigo, usaremos dados provenientes de inventários *post mortem*, registrados em cartórios do Agreste e do Sertão, para iluminar tais questões. Foram levantados dados de 647 inventários, 444 da região do Agreste e 203 do Sertão. No caso do Agreste, os documentos procedem de uma área bastante ampla, correspondente a municípios ao redor das atuais cidades de Pesqueira, ao norte, e Garanhuns, ao sul do Estado. É uma área voltada, no século XIX, à típica produção diversificada do Agreste: gado, algodão e lavoura de subsistência. Nas partes mais úmidas, como perto de Garanhuns, a agricultura se expandia mais; nas menos férteis, predominava o gado. Os inventários do Sertão provêm principalmente da região hoje vizinha de Cabrobó e Flores, ao sul do Estado. Na época, uma área essencialmente de criação de gado.

As Tabelas 1 e 2 mostram o padrão de propriedade de escravos revelado pelos inventários. Vê-se que, tanto no Agreste como no Sertão, predominava um escravismo de pequenos proprietários. A relação média de escravos por proprietário é de 8,1, nos inventários do Agreste, e 6,8, no Sertão, marcando um contraste acentuado com as várias dezenas de escravos mantidas por um engenho típico, na Zona da Mata. Verifica-se, nessas tabelas, que quase dois terços dos escravos pertenciam a senhores que tinham não mais que vinte cativos, no Agreste; essa proporção sobe a cerca de 90%, no caso de inventários do Sertão. Vista a questão por outro ângulo: a maioria dos proprietários de escravos, em ambas as regiões, teria cinco ou menos cativos, apenas. Isso sugere que a mão-de-obra escrava estaria associada ao processo produtivo, no Agreste e no sertão, de forma inteiramente diferente daquela descrita na ampla literatura sobre o complexo casa-grande e senzala.

TABELA 1 - PERNAMBUCO: PADRÃO DE PROPRIEDADE DE ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770 - 1887

TAMANHO DO PLANTEL	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	NÚMERO DE ESCRAVOS INVENTÁRIADOS	PROPORÇÃO DO TOTAL (%)	PROPORÇÃO ACUMULADA (%)
1 a 5 escravos	177	426	16,4	16,4
6 a 10	88	659	25,4	41,8
11 a 20	37	513	19,7	61,5
Mais de 20	21	1.001	38,5	100,0
<b>Total</b>	<b>323</b>	<b>2.599</b>	<b>100,0</b>	

TABELA 2 - PERNAMBUCO: PADRÃO DE PROPRIEDADE DE ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770 - 1887

TAMANHO DO PLANTEL	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	NÚMERO DE ESCRAVOS INVENTARIADOS	PROPORÇÃO DO TOTAL (%)	PROPORÇÃO ACUMULADA (%)
1 a 5 escravos	89	251	21,9	21,9
6 a 10	50	392	34,3	56,2
11 a 20	26	379	33,1	89,3
Mais de 20	4	122	10,7	100,0
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>1.144</b>	<b>100,0</b>	

Não se deve procurar extrair dos dados mais do que eles podem informar; em particular, é necessário cuidado ao tirar conclusões a partir de dados de inventários, pois é evidente que se trata de uma amostra imperfeita da população respectiva, especialmente por sub-representar indivíduos de baixa renda, que dificilmente teriam seus bens inventariados, ao morrer. Por outro lado, pode-se razoavelmente supor que os inventários constituam uma amostra não-viesada da população acima de certo nível de renda ou de riqueza. Nesse sentido, não é irrelevante a informação fornecida pela proporção dos que possuem escravos, entre os inventariados: ela pode ser tomada, dentro de certos limites, como um indicador do grau de difusão da posse de escravos entre a parcela da população que era proprietária de bens, especialmente bens de raiz. No caso, isso significava, no mais das vezes, terras de cultivo ou criação. Assim, o fato de que cerca de 73% dos inventariados, no Agreste, e 83%, no Sertão, possuísem escravos pode ser visto como um sinal de que quem tinha terras — e era portanto produtor agrícola — tinha escravos. Ou seja: a posse de escravos não seria, também dentro de cada uma dessas zonas fisiográficas, um fenômeno excepcional, mas, ao contrário, uma ocorrência generalizada, nas unidades produtivas.

É claro que a existência de escravos não diz nada quanto a sua inserção no processo produtivo. Com relação a isso, é relevante examinar elementos da estrutura demográfica da população escrava.

## 5. Perfil demográfico da população escrava: Agreste e Sertão

Nesta seção, examinam-se algumas características demográficas dos escravos no Agreste e no Sertão, classificando-os segundo a nacionalidade — africanos ou brasileiros —, faixas de idade e sexo. Estabeleceu-se um corte temporal, definido pelo término do tráfico transatlântico de escravos. Serão considerados, assim, os períodos 1770-1849 e 1850-1888.

No que se refere à estrutura etária no Agreste, nota-se, no período 1770-1850, uma concentração de escravos, especialmente do sexo masculino, na faixa mais produtiva, de 15 a 40 anos (Tabelas 3-A e 3-B)<sup>3</sup>, caracterizando uma pirâmide etária tipicamente associada ao uso da mão-de-obra cativa em atividades produtivas, associada à compra preferencial de escravos homens e jovens (e observada também, por exemplo, nos escravos do Recife: Vergolino, 1997). Já no período 1850-1887, constata-se um fenômeno de envelhecimento do plantel de escravos, com redução da proporção de escravos na faixa etária mais produtiva (e do índice de masculinidade, nessa faixa) e aumento da participação da população escrava com 41 anos e mais. Isso pode ser visto como resultado tanto da falta de reposição de escravos pela importação, num contexto em que as taxas de mortalidade fossem superiores às de natalidade, como da venda de escravos na faixa etária mais produtiva para fora da região ou da província.

Em relação ao Sertão (Tabelas 6-A e 6-B), há também uma concentração de escravos na faixa mais produtiva, antes de 1850, e drástica redução relativa desta faixa etária após a metade do século, que condiz com o uso produtivo da mão-de-obra escrava. Há aqui, por outro lado, um fenômeno inusitado: a participação de escravos de 1 a 14 anos é maior no período 1851-88 do que no período anterior, tendo ocorrido assim um processo de rejuvenescimento da população escrava da região, após a extinção do tráfico. Isso pode ter decorrido da grande redução absoluta da população escrava na faixa etária mais produtiva; o Sertão terá sido forte exportador de escravos, após 1850.

No que toca ao peso relativo de africanos e brasileiros, os números das Tabelas 4 e 5, para o Agreste, evidenciam, no período anterior a 1850, uma distinção nítida entre o formato da pirâmide demográfica dos escravos africanos e a dos nascidos no Brasil, o que é uma consequência lógica do fato de a importação de escravos concentrar-se em homens da faixa etária intermediária. O índice de masculinidade é, pela mesma razão, muito superior entre os africanos (246) se comparado aos brasileiros (98), nesse período. Essas constatações são análogas às de estudos relativos a zona litorânea (Vergolino, 1977). No período nota-se, naturalmente, o envelhecimento da população escrava de origem africana.

Os resultados para o Sertão (Tabelas 7 e 8) são análogos, no período. No período após 1850, quase não há ocorrência de escravos nascidos na África, nos inventários: de par com o fim do tráfico, a redução drástica na proporção de africanos (bem maior do que no Agreste) pode refletir também uma tendência a vender de preferência escravos africanos, em geral menos apreciados do que os nascidos na terra. A exportação de escravos da região deve ter sido também influenciada pelas desastrosas estiagens ocorridas na segunda metade do século, atingindo fortemente a economia da região.

O que se pode concluir desse sucinto exame de variáveis demográficas da população escrava do Agreste e Sertão é que elas são compatíveis com o que se poderia esperar, no caso de utilização produtiva do trabalho escravo. Ou seja: tudo indica que a demanda por escravos, nessa região, estava associada a sua utilização na produção, e a um comportamento maximizador, por parte dos senhores de escravos.

---

<sup>3</sup> As Tabelas de números 3 em diante encontram-se no fim do artigo.



## 6. Estrutura da riqueza

Os dados de inventários *post mortem* permitem uma análise da estrutura da riqueza possuída pelos inventariados e fornecem, assim, uma fonte para resposta a indagações referentes ao peso relativo de cada categoria de bens no total de ativos, especialmente o estoque de escravos, e à evolução desses pesos ao longo do tempo.

Os tipos de bens inventariados foram classificados nas seguintes categorias: Dinheiro; Metais (abrangendo objetos de ouro, prata, cobre e pedras preciosas); Móveis; Equipamentos (abrangendo objetos e utensílios ligados a atividades produtivas); Animais; Escravos; Casas, Sítios e Terras (CS&T); Dívida Ativa (créditos do falecido); e Lavras e Safras (L&S) (valor realizável de produtos agrícolas). A última coluna mostra a Dívida Passiva (débitos deixados pelo falecido), também como proporção do valor total dos ativos.

### 6.1. Inventários do Agreste

Na composição de ativos para o Agreste, mostrada na Tabela 12, derivada da análise dos 444 inventários provenientes daquela região, abrangendo o período 1770-1887, chamam atenção os seguintes pontos principais:<sup>4</sup>

a) metais preciosos e mobiliário são, em conjunto, uma proporção pouco significativa do valor total do monte apurado — menos de 2%, em média — sugerindo pouca tendência a gastos suntuários. O exame da relação de bens nos inventários individuais revela, de fato, grande parcimônia de equipamento doméstico; julgado por esse padrão, o nível de conforto das residências do Agreste, mesmo no caso de pessoas de grandes posses, parece quase espartano (observações nesse sentido são, aliás, freqüentes nos relatos de viajantes estrangeiros do século XIX, não só no Nordeste como em outras regiões);

b) a pequena importância relativa dos equipamentos produtivos (como os destinados a descaroçar algodão ou ralar mandioca), em média 0,3% do total, é coerente com o baixo nível de investimentos associado às atividades produtivas típicas da região, como visto acima;

c) o peso relativo de Animais, de um lado, e de Casas, Sítios e Terras, de outro, é da mesma ordem de grandeza: próximo de 20%, em média. No entanto, a proporção do valor de Animais no total tende a decrescer quando aumenta o número de escravos possuídos, que não é nítido no caso dos bens imóveis. Isso pode sugerir que maiores plantéis de escravos estariam mais associados ao cultivo do que à criação (o que é compatível com o fato de ser esta última atividade pouco intensiva em mão-de-obra);

d) a alta proporção média de dívidas ativas no monte de riqueza (14%) indica que muitos aplicavam seus recursos em empréstimos interpessoais, na ausência de outras formas de aplicação financeira: não há qualquer menção, em nenhum dos inventários examinados, à posse de ativos financeiros, como depósitos bancários,

---

<sup>4</sup> Em Versiani & Vergolino (2000) foi analisada uma amostra menor de inventários do Agreste (112). Nesta subseção, a partir de uma base mais ampla de informações, elaborou-se melhor aquela análise. Os resultados aqui reportados confirmam as conclusões daquele trabalho.

apólices ou ações.<sup>5</sup> Por outro lado, a porcentagem de dívidas passivas é também significativa, especialmente nos estratos inferiores (com baixo nível de posse de escravos e de riqueza): quanto menor a riqueza, maior a tendência ao endividamento. No que toca às dívidas ativas parece prevalecer o padrão oposto: o maior percentual (20%) é o do estrato superior. O que faz sentido: os mais ricos tenderiam a emprestar para os menos afortunados;

e) finalmente, e da maior importância do nosso ponto de vista, constata-se que o valor do plantel de escravos superava o de qualquer outro ativo, em todos os estratos (exceto, naturalmente, o daqueles que não possuíam escravos): 42%, em média. Ou seja, para quem tinha escravos, estes constituíam a parcela mais valiosa de sua riqueza. Não só isso, como tal nível de participação relativa do estoque de escravos no monte inventariado é excepcionalmente alta, quando comparada à que se observa em estudos análogos para outras regiões do País, referentes ao século XIX.<sup>6</sup>

A separação de dados do Agreste por subperíodos traz elementos adicionais, com referência a esse último ponto. As Tabelas 9, 10 e 11 mostram a estrutura da riqueza para os anos 1770-1819, 1820-1849, e 1850-1887, respectivamente. A idéia dessa periodização é distinguir fases em que há razões para supor que o preço relativo dos escravos tenha variado significativamente. Entre 1820 e 1840 parece ter-se registrado uma tendência ao crescimento dos preços de escravos, em contraste com as décadas anteriores, de preços relativamente estáveis. E certamente houve um substancial aumento de preços depois da extinção do tráfico, em 1850, especialmente até meados da década de 1860.<sup>7</sup>

A comparação entre as Tabelas 9 (relativa aos anos de 1770 a 1819) e 10 (1820-1849) mostra uma tendência ao aumento no peso relativo dos estoques de escravos na riqueza. Tal tendência, dado que o nível de preços da mão-de-obra cativa tenha subido, entre os dois períodos, sugere uma baixa elasticidade-preço da procura por escravos, no Agreste. Sugestão que é reforçada pelo cotejo das Tabelas 4 e 5 (referente a 1850-1887): embora a proporção da riqueza aplicada em escravos tenha diminuído, em média, após a extinção do tráfico, a redução foi relativamente moderada; “Escravos” é ainda o item mais importante dos ativos inventariados, nos anos 1850-1887. E cabe ressaltar que, no caso de quem possuía de 1 a 5 escravos apenas (grupo que representa cerca de 40% do número total de quem possuía escravos, nos três subperíodos considerados), não

---

<sup>5</sup> Isso contrasta com os dados de Kátia Mattoso relativos a inventários de Salvador, Bahia: aí foi comum a ocorrência de títulos ou depósitos, como forma de riqueza, especialmente a partir de 1840. Mattoso (1992:cap.31). Isso transparece também dos números de Fragoso (1992:255) para inventários da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Cf. os dados de Eisenberg (1974:58) para a Zona da Mata pernambucana; Mattoso (1992:cap. 31) para Salvador; Mello (1985) para a cidade de São Paulo; Fragoso (1992:255) para o Rio de Janeiro. Sobre esse ponto, v. Versiani e Vergolino (2000).

<sup>7</sup> O programa de pesquisa de que o presente trabalho é parte fornecerá dados, até agora extremamente escassos, sobre a evolução de preços de escravos em Pernambuco; mas as informações sobre preços não foram ainda sistematizadas. As suposições acima derivam de analogia com o caso de outras regiões, e de números apresentados por Eisenberg para a Zona da Mata, referentes ao período posterior à extinção do tráfico. V. Bergad (1999: 163 e ss.) para preços de escravos em Minas Gerais; Mattoso (1992:637) para dados relativos à Bahia; e Eisenberg (1974:153 e ss.). A referência aqui é a preços nominais; a evolução dos preços reais de escravos é questão problemática, dada a indisponibilidade de índices de preços de base ampla, para o período.

houve de fato redução alguma: nesse grupo, a proporção relativa das várias formas de riqueza mantém-se praticamente constante, antes e depois de 1850.

Ou seja: os proprietários de escravos do Agreste, e especialmente os pequenos proprietários, não mostraram inclinação a reduzir substancialmente o peso relativo do plantel de cativos em sua riqueza, mesmo diante da considerável subida de preços resultante da supressão de importações do “elemento servil”.

## **6.2. Inventários do Sertão**

A Tabela 16 mostra a estrutura de ativos correspondente aos 203 inventários do Sertão, em todo o período 1770-1887, e suscita os seguintes comentários:

a) assim como no caso do Agreste, o peso nos ativos totais dos haveres em metais preciosos e mobiliário é reduzido (cerca de 4%); e o dos equipamentos ligados à produção, insignificante (0,2%);

b) como seria de se esperar, dada a maior importância da atividade criatória no Sertão, a proporção média da riqueza referente a rebanhos de animais é quase duas vezes a observada no Agreste: cerca de 35%. De outra parte, as referências, nos inventários, a produtos agrícolas a realizar (“Lavras e Safras”) são escassas, e o valor médio desse item irrelevante;

c) aqui também aplicações em empréstimos interpessoais aparecem como uma forma significativa de manter riqueza, especialmente para indivíduos mais ricos;

d) surpreendentemente, o valor do estoque de escravos é, da mesma forma como no Agreste, o item de maior peso na riqueza total avaliada nos inventários, equiparando-se em importância relativa ao valor dos rebanhos. Esse é um achado inesperado, diante da crença muito difundida de que o uso da mão-de-obra escrava seria limitado, numa economia que tinha na pecuária extensiva sua atividade produtiva predominante. E notar que, para os pequenos proprietários, os que não possuíam mais que 10 escravos, os números da Tabela 16 mostram que o valor do plantel de escravos era significativamente superior ao do gado possuído.

A comparação entre períodos, proporcionada pelos dados das Tabelas 13, 14 e 15, mostra também um aspecto imprevisto: o aumento continuado do peso relativo dos escravos nos ativos totais, passando de uma média de 27%, em 1770-1819, para 31%, em 1820-1849, e atingindo 49%, no período 1850-1887. Ou seja: os senhores de escravos, no Sertão, mostravam, aparentemente, grande resistência em deixar de utilizar trabalho cativo, diante do aumento em seu preço; mais ainda do que no caso do Agreste.

## **6.3. Estrutura da riqueza e uso do trabalho escravo**

A evidência apresentada acima propicia indagações sobre as causas da demanda por mão-de-obra escrava, no Agreste e no Sertão. Tendo em conta o substancial aumento no custo da mão-de-obra escrava, que pelo visto ocorreu depois de 1850, o comportamento mais natural seria buscar substituí-la por trabalho livre; a não ser que o

trabalho forçado fosse, de alguma forma, tão superior ao remunerado, do ponto de vista do proprietário, que a substituição não fosse compensatória. Qual poderia ser a causa de uma tal superioridade do trabalho escravo? Sabe-se que a literatura sobre a economia do escravismo fornece mais de uma racionalização a respeito, como visto acima. Contudo, essas explicações se aplicam, essencialmente, à mão-de-obra voltada à produção em regime de *plantation*, ou seja, à configuração clássica em que a escravidão se associa à grande lavoura voltada à monocultura de exportação. Nesse caso, haveria argumentos para justificar-se uma baixa elasticidade de substituição da mão-de-obra escrava pela livre. Mas o intrigante é que se encontrem indícios dessa baixa elasticidade numa situação inteiramente distinta: a de pequenos proprietários de escravos dedicados à criação de gado e/ou ao cultivo da cana em pequena escala, para consumo local. Ou, no caso do Agreste, à cultura de produtos alimentares, para fornecimento à região litorânea. Essas não são atividades em que se esperaria, *a priori*, que o trabalho escravo tivesse, de alguma maneira, vantagem comparativa sobre o trabalho livre. É verdade que a substituição do trabalho escravo poderia ser dificultada também pela pouca elasticidade de oferta da mão-de-obra livre. Mas é difícil supor que houvesse esse tipo de restrição nessa região, no período considerado. Não há, portanto, explicação imediata para os resultados encontrados; mas eles revelam, de qualquer forma, uma situação pouco condizente com a visão estabelecida sobre a lógica da utilização de trabalho escravo.

Cabe notar que dados análogos, referentes a outras regiões do País, mostram em geral um decréscimo da proporção da riqueza aplicada em escravos, ao longo do século XIX. No citado estudo de Zélia C. de Mello, com base em inventários da cidade de São Paulo, há um decréscimo constante em tal parcela, no período 1845-1887: a relação passa de 32% a 8%, entre o início e o fim do período (Mello, 1985:153 e ss.). Em seu trabalho sobre a Bahia, Kátia Mattoso encontrou também queda generalizada naquela proporção, entre a primeira e a segunda metade do século XIX. Mas há exceções: os inventários de senhores de engenho mostram aumento no peso relativo de escravos (o que pode ser explicado a partir de proposições da economia do escravismo, como visto acima); e o mesmo sucede com proprietários agrícolas de menor calibre, voltados ao cultivo de cana, fumo e culturas de subsistência (o que já é mais difícil de racionalizar, similarmente ao caso do Agreste e do Sertão). Curioso é o caso dos inventários de comerciantes, que igualmente não mostram queda na proporção relativa de escravos, após 1850; e Mattoso registra mesmo a ocorrência de grande número de escravos em alguns inventários dessa categoria, ainda na década de 1870 (Mattoso, 1992:616-42).

Vê-se, portanto, que ainda há importantes questões em aberto, na explicação da demanda por mão-de-obra escrava no século XIX. Os dados referentes ao Agreste e Sertão pernambucanos põem claramente em evidência algumas dessas questões.

## 7. Conclusões

1. Segundo levantamentos estatísticos da primeira metade do século XIX, entre 30% e 40% dos escravos da província de Pernambuco, na época, não pertenciam a proprietários na Zona da Mata, onde se localizavam as grandes propriedades açucareiras, mas estavam no Agreste, região de algodão, gado e lavoura alimentar, e no Sertão, onde predominava a criação de gado. Pode-se supor que isso fosse verdade também ao longo das décadas seguintes.

2. Dados de inventários *post mortem* do Agreste e do Sertão indicam que esses escravos faziam parte, em geral, de pequenos plantéis: cerca de dois terços dos cativos, no Agreste, e nove décimos, no Sertão, pertenciam a senhores que tinham até 20 escravos.

3. O perfil demográfico da população escrava é compatível com a hipótese de que os escravos do Agreste e do Sertão fossem usados na produção, a partir de um comportamento maximizador por parte de seus proprietários.

4. Análise da estrutura dos ativos mostra, tanto no Agreste como no Sertão, que o valor dos escravos possuídos era, em média, o item individualmente mais importante da riqueza inventariada. O aumento nos preços de escravos, após 1850, não provocou queda apreciável no peso relativo do valor dos escravos, nos inventários do Agreste; no caso do Sertão, esse peso de fato aumentou.

5. Os dados aqui examinados se juntam a outras evidências, vindas à luz em períodos recentes, no sentido de mostrar a importância da escravidão não ligada à grande propriedade agrário-exportadora, no Brasil, e põem em relevo a importância de maiores pesquisas sobre esse tema.

## Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. 2ed. Recife: Sudene, 1979. (Série Estudos Regionais, nº 1).
- BARZEL, Yoram. "An Economic Analysis of Slavery," Journal of Law and Economics 20(1):87-110, Apr. 1977.
- BERGAD, Laird W. Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- DOMAR, Evsey D. "The Causes of Slavery and Serfdom: a Hypothesis." Journal of Economic History 30(1):18-32, Mar., 1970.
- EISENBERG, Peter L. The Sugar Industry in Pernambuco, 1840—1910: Modernization without Change. Berkeley: University of California Press, 1974.
- FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Publicado originalmente em 1852).
- FENOALTEA, Stefano. "Slavery and Supervision in Comparative Perspective: a Model," Journal of Economic History 44(3):635-668, Sept. 1984.
- FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. Time on the Cross. 2 v. Boston: Little, Brown & Co., 1974.
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- KAHN, Charles. "An Agency Approach to Slave Punishments and Awards." Em: R.W. Fogel & S. Engerman (eds.). Without Consent or Contract: Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom. (Technical Papers, v. 2). New York: Norton, 1992.
- MATTOSO, Kátia M.Q. Bahia, Século XIX; uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. Metamorfoses da Riqueza; São Paulo, 1845-1895. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- VERGOLINO, José Raimundo. "A Demografia Escrava no Nordeste do Brasil: o Caso de Pernambuco - 1880/1888." Revista Econômica do Nordeste 28. Número Especial, jul. 1997
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. "Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste Pernambucano, 1770-1887". XXVIII Encontro Nacional de Economia – Anais. Campinas, dez. de 2000. (publicado em *CD-rom*).







TABELA 9 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1819

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum	9	4,76	2,12	3,36	0,31	58,15	-	25,54	5,77	-	100,00	15,41
De 1 a 5	24	0,27	2,63	3,96	0,78	23,33	32,96	22,88	11,82	1,37	100,00	9,47
De 6 a 10	20	0,38	3,03	1,26	0,41	14,21	48,14	21,79	8,05	2,72	100,00	6,02
De 11 a 20	8	0,15	2,68	0,94	0,23	21,72	43,69	16,95	12,58	1,08	100,00	18,61
Mais de 20	1	-	1,47	1,40	0,35	35,93	42,72	16,14	2,00	-	100,00	0,80
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>0,39</b>	<b>2,69</b>	<b>1,77</b>	<b>0,42</b>	<b>21,38</b>	<b>41,87</b>	<b>20,13</b>	<b>9,73</b>	<b>1,64</b>	<b>100,00</b>	<b>10,65</b>

TABELA 10 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1820-1849

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum Escravo	14	0,19	2,28	0,38	0,22	44,57	-	27,90	24,46	-	100,00	2,33
De 1 a 5 escravos	45	0,17	2,75	1,00	0,30	28,50	45,18	14,53	6,44	1,12	100,00	6,98
De 6 a 10 escravos	22	0,39	1,43	1,08	0,42	12,28	62,49	14,30	5,35	2,24	100,00	11,05
De 11 a 20 Escravos	14	0,43	2,68	0,56	0,24	14,60	60,11	12,13	7,82	1,44	100,00	6,11
Mais de 20 Escravos	11	4,41	1,13	0,44	0,18	11,53	49,42	22,29	5,72	4,89	100,00	0,93
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>2,99</b>	<b>1,54</b>	<b>0,58</b>	<b>0,23</b>	<b>14,37</b>	<b>50,72</b>	<b>19,53</b>	<b>6,35</b>	<b>3,71</b>	<b>100,00</b>	<b>3,26</b>

TABELA 11 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1850-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum Escravo	98	0,85	1,50	9,74	0,83	51,78	-	23,96	8,55	2,80	100,00	11,68
De 1 a 5 escravos	108	0,99	3,03	1,72	0,29	23,08	46,83	15,21	8,02	0,82	100,00	9,27
De 6 a 10 escravos	46	1,02	0,97	1,94	0,31	16,72	42,04	20,31	16,50	0,19	100,00	10,09
De 11 a 20 Escravos	15	0,40	0,47	0,46	0,37	18,89	56,88	14,59	7,03	0,90	100,00	2,03
Mais de 20 Escravos	9	0,20	0,37	0,19	0,14	15,37	35,29	15,78	30,34	2,32	100,00	4,15
<b>Total</b>	<b>276</b>	<b>0,68</b>	<b>1,21</b>	<b>1,82</b>	<b>0,30</b>	<b>20,68</b>	<b>39,30</b>	<b>17,51</b>	<b>17,24</b>	<b>1,26</b>	<b>100,00</b>	<b>7,34</b>

TABELA 12 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum Escravo	121	0,87	1,57	9,00	0,78	51,41	-	24,25	9,57	2,56	100,00	11,12
De 1 a 5 escravos	177	0,85	2,98	1,72	0,31	23,81	46,04	15,44	7,97	0,88	100,00	8,97
De 6 a 10 escravos	88	0,93	1,13	1,82	0,33	16,15	44,34	19,83	14,94	0,53	100,00	9,95
De 11 a 20 Escravos	37	0,38	1,21	0,54	0,33	18,19	56,26	14,26	7,79	1,05	100,00	4,70
Mais de 20 Escravos	21	1,90	0,68	0,30	0,16	13,97	41,08	18,42	20,13	3,34	100,00	2,82
<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>1,21</b>	<b>1,34</b>	<b>1,53</b>	<b>0,29</b>	<b>19,23</b>	<b>42,08</b>	<b>18,08</b>	<b>14,39</b>	<b>1,85</b>	<b>100,00</b>	<b>6,51</b>

TABELA 13 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1819

Estratos (número de escravos)	Número de Inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív. Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum	3	2,15	2,64	1,75	1,93	34,58	-	6,28	50,68	-	100,00	-
De 1 a 5	16	0,13	3,23	5,82	0,51	36,63	34,20	10,53	8,85	0,12	100,00	16,76
De 6 a 10	13	1,12	3,67	11,40	0,40	31,95	27,13	12,67	11,54	0,12	100,00	14,72
De 11 a 20	7	1,28	4,10	1,23	0,32	29,01	33,65	10,30	19,70	0,40	100,00	5,03
Mais de 20	1	5,46	1,08	0,42	0,08	38,82	10,97	17,21	25,96	-	100,00	0,94
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>1,77</b>	<b>3,27</b>	<b>5,41</b>	<b>0,36</b>	<b>33,00</b>	<b>27,08</b>	<b>12,30</b>	<b>16,63</b>	<b>0,18</b>	<b>100,00</b>	<b>9,51</b>

TABELA 14 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1820-1849

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metals	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív. Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum	21	1,55	2,95	4,74	0,64	71,13	-	13,12	5,88	-	100,00	2,64
De 1 a 5	49	1,33	3,76	1,54	0,39	43,39	34,65	11,44	3,50	-	100,00	3,83
De 6 a 10	24	2,26	2,97	0,83	0,20	35,12	45,07	11,25	2,32	-	100,00	3,31
De 11 a 20	16	3,61	2,44	1,17	0,16	48,79	21,05	11,34	11,43	0,01	100,00	3,58
Mais de 20	2	16,91	3,38	0,18	0,08	23,45	41,67	5,89	8,43	-	100,00	0,35
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>3,56</b>	<b>2,89</b>	<b>1,20</b>	<b>0,22</b>	<b>43,36</b>	<b>30,46</b>	<b>11,06</b>	<b>7,24</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3,34</b>

TABELA 15 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1850-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum	10	4,52	2,08	5,35	0,77	61,92	-	20,02	3,80	1,54	100,00	13,54
De 1 a 5	24	0,32	2,33	1,44	0,09	22,68	43,90	27,88	1,36	0,01	100,00	5,50
De 6 a 10	13	0,30	2,40	1,00	0,38	20,80	51,26	21,55	2,23	0,08	100,00	3,34
De 11 a 20	3	-	0,60	0,42	0,08	13,68	72,36	11,09	1,77	-	100,00	0,53
Mais de 20	1	-	0,54	0,10	0,01	27,28	49,02	14,53	8,52	-	100,00	-
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>0,38</b>	<b>1,72</b>	<b>1,02</b>	<b>0,20</b>	<b>23,77</b>	<b>49,05</b>	<b>20,24</b>	<b>3,53</b>	<b>0,10</b>	<b>100,00</b>	<b>3,21</b>

TABELA 16 – PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	ESTRUTURA DA RIQUEZA (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Sub-Total	Dív Passiva
Nenhum	34	2,99	2,52	4,86	0,77	64,73	-	16,01	7,37	0,73	100,00	7,66
De 1 a 5	89	0,78	3,09	1,91	0,27	33,77	38,61	18,47	3,09	0,02	100,00	5,79
De 6 a 10	50	1,29	2,84	2,45	0,30	28,81	44,96	15,65	3,64	0,05	100,00	5,00
De 11 a 20	26	2,88	2,41	1,09	0,17	42,08	28,89	11,18	11,24	0,05	100,00	3,38
Mais de 20	4	4,70	1,27	0,17	0,04	28,24	41,32	13,00	11,27	-	100,00	0,23
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>2,21</b>	<b>2,53</b>	<b>1,67</b>	<b>0,23</b>	<b>35,15</b>	<b>36,58</b>	<b>14,45</b>	<b>7,12</b>	<b>0,06</b>	<b>100,00</b>	<b>4,08</b>